

BALBÚRDIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA?

Paulo Speller

2 de julho de 2019

“O Ministério da Educação do (Brasil) vai cortar recursos de universidades (federais) que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo ‘balbúrdia’ em seus câmpus”, afirmou o ministro da educação Abraham Weintraub ao diário Estado de São Paulo no dia 29 de abril de 2019. A declaração do ministro repercutiu amplamente na imprensa nacional e internacional. As primeiras universidades punidas seriam a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). “Universidades que em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”, afirmara ainda o ministro.

Balbúrdia? Sim, o ministro recorreu à palavra de origem Celta, esse povo guerreiro que se considera como primórdio da civilização na Europa, para punir com a redução de pelo menos 30% de seu orçamento, justamente três universidades federais que se encontram entre as melhores avaliadas no Brasil pelo

Ranking das Universidades Federais (RUF) da Folha de São Paulo e na América Latina pelo Times Higher Education World University Rankings (THE). Aliás, não só a UnB, UFF e UFBA, mas a maioria das 68 Universidades Federais do país estão entre as melhores avaliadas, ao lado de universidades públicas estaduais, como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), dentre outras, e um reduzido número de universidades confessionais, comunitárias e privadas, juntamente com faculdades e escolas especializadas.

Questionado e ridicularizado pela indignação nacional e internacional, o ministro foi se atrapalhando cada vez mais ao tentar consertar a gafe de quem desconhece o papel das universidades federais na produção científica, tecnológica, cultural e na formação de profissionais, cientistas e docentes em todo o país. Primeiro, estendeu o corte orçamentário a todas as universidades federais. Segundo ainda incluiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia. Terceiro, atribuiu a suspensão orçamentária ao Ministério da Economia, “obedecendo ordens” derivadas da debacle econômica nacional. Pior, os cortes do orçamento extrapolaram os 30% na maioria das instituições, antevendo a paralização de seu funcionamento. Coincidentemente, a cotação na Bolsa de Valores de São Paulo das ações de grandes empresas de educação superior tiveram incrementos súbitos. As instituições públicas estão reduzidas a 25% da matrícula superior em todo o país. Mas as empresas privadas querem mais, e o ministro não se faz de rogado, ao fazer um claro aceno durante o XII Congresso Nacional do Ensino Superior Privado em Belo Horizonte em maio deste ano no sentido de que a opção deste governo é e será pela iniciativa privada.

As 68 universidades custeadas pelo governo central são de criação muito recente, há menos de um século, como é o caso da pioneira Universidade do Rio de Janeiro, então na capital da República, que cumprirá cem anos em 7 de setembro de 2020, que passou a se chamar Universidade do Brasil e hoje é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), avaliada entre as mais importantes do país e da América Latina. Mais jovens ainda são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados em 2008 durante a gestão do presidente Lula (2003-2011) e que

hoje se espalham por todo o Brasil com seus 644 câmpus, distribuídos em 41 Institutos localizados em todos os 26 estados e Distrito Federal. Patrimônio estratégico da nação brasileira, é importante conhecer a gênese de sua criação nos primórdios da colonização da América espanhola e portuguesa.

Novas universidades: Espanha e Portugal

A Coroa espanhola e a Igreja católica desde os primórdios da colonização da América se empenharam em assegurar a dominação efetiva das novas terras com a presença de universidades moldadas nas suas congêneres espanholas. Já no século XVI e daí em diante, o processo se inicia na ilha caribenha de Hispaniola com a criação da Universidade de Santo Domingo em 1538 através da Bula In Apostolatus Culmine do Papa Paulo III, elevando a nível universitário a instituição de Estudos Gerais que os dominicanos fundaram na ilha ainda em 1518. A presença dominicana vai marcar a primeira colônia da América, criada por Cristóvão Colombo em 1493, no Forte La Navidad, na ilha de São Domingos, onde se instauraria por primeira vez a República Dominicana, em 1821.

Inspirada na então Universidad de Alcalá (hoje, de Henares), criada no século XIII ainda como Studium Generale, buscava refletir as ideias renascentistas nascidas do mundo

medieval, que se apresentavam na Espanha da conquista da América e alhures. Não se trata de iniciativa fortuita, como veremos na implantação de novas universidades, de norte a sul da América. Organizada em quatro Faculdades, a jovem universidade cumpria papel destacado na sede do Vice-reino da nascente colonização espanhola: Medicina, Direito, Teologia e Artes.

Ainda no século XVI, novas universidades seguem Santo Domingo, no Novo Mundo americano: San Pablo, no México (1551), San Marcos, em Lima (1553), Santiago de La Paz, em Santo Domingo (1558), Santo Domingo, em Santa Fé de Bogotá (1580), San Fulgencio, em Quito (1586). A lista cresce no século seguinte, com mais dezesseis universidades localizadas a partir de Yucatán, em Mérida, para prosseguir pela Guatemala, nos Vice-Reinos ao sul da América - hoje, Colômbia, Peru, Equador, Chile, Argentina. Ainda sob vigência colonial, o século dezoito assiste à criação de mais oito universidades nos territórios que atualmente correspondem a Venezuela, México, Cuba, Chile, Colômbia, Santo Domingo e Panamá. Todas batizadas com nomes de santos com a devida benção de Roma.

Poderíamos continuar pelo século dezenove já a caminho das independências dos novos países que se fragmentam da Grande Colômbia

(1819-1831) sonhada por Francisco de Miranda, Simon Bolivar, San Martín, O'Higgins e tantos outros, que incluiria o que hoje corresponde a Venezuela, Colômbia, Equador, Panamá, Guiana, e outros territórios atualmente incorporados ao Brasil, Peru, Nicarágua e Honduras. Até mesmo o efêmero Estado Independente do Haiti Espanhol na ilha de São Domingos (1821) pretendia juntar-se à Grande Colômbia. Sob pressão das potências europeias que exigiam a instauração de monarquias com sangue azul europeu - apesar da tentativa fracassada no México (1863-67) e enfraquecidos pelo debate entre centralismo e federalismo, a Grande Colômbia se dissolve em 1831.

As universidades, já então distribuídas pela então Hispano-América, tiveram papel de importância na formação das elites tanto europeias nas colônias, como na cooptação de novas lideranças resultantes da incorporação dos filhos da terra e da miscigenação.

E o Brasil?

A coroa portuguesa, concentrada em território europeu mais reduzido, escassa população e vocacionada às grandes navegações, marca sua presença em todo o planeta, com a presença de fortificações que lhe asseguram presença relevante no comércio internacional de especiarias e escravos.

O reino português contava praticamente e com apenas a Universidade de Coimbra, e a de Lisboa, que cronologicamente a antecede, mas Coimbra era onde se respirava a vida acadêmica. É pois gritante e mais do que nada, limitadora, a comparação de Portugal com a Espanha, com universidades, distribuídas por suas diferentes províncias, reinos, regiões, hoje correspondentes às Regiões Autônomas, que integram o Reino de Espanha. Talvez por esta razão - dentre tantas outras, claro está, as duas Coroas seguiram caminhos tão distintos na sua estratégia de dominação colonial.

Enquanto as universidades espanholas na América colonial davam conta da formação das elites de dominação na vida econômica, cultural e religiosa, sem prejuízo de sua circulação, ainda que limitada, pela metrópole em Madri, a formação das elites brasileiras vai se dar em Coimbra. Não por acaso, comenta-se que a unidade das elites brasileiras se articula justamente em Coimbra, por onde passam seus grandes expoentes.

Sim, porque salta à vista o contraste entre a fragmentação, para não dizer a derrota da República da Grande Colômbia, e o Brasil, que além de manter íntegro o seu território sob vigência colonial portuguesa, ainda o expande continuamente para além da Linha de Tordesilhas (1494) com o

Tratado de Madri (1750), e com as Entradas e Bandeiras que empurraram as fronteiras, primeiro do Reino e depois do Império (1822) e da República (1889). A Cordilheira dos Andes, de alguma forma, talvez mais simbólica, é verdade, cumpriu o papel de barreira natural a que nem Espanha e nem os países vizinhos renunciaram. Não é por acaso que o maior negociador de todos os tempos, o Barão de Rio Branco (1845-1912), geógrafo, advogado, historiador, diplomata, vai se tornar ministro das relações exteriores durante o governo de quatro presidentes da República. Negociou, expandiu e deu contorno às fronteiras do Brasil com as Guianas, Francesa e Holandesa, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Argentina e Uruguai. Merecidamente, é o patrono da diplomacia brasileira. José Maria da Silva Paranhos Junior, como se chamava, nasceu no Rio de Janeiro, mas formou-se nas Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, complementando sua formação em viagem à Europa, onde se encantou com as bibliotecas das grandes capitais. De volta ao Brasil se torna professor de história no Colégio Pedro II e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Note-se a ausência de uma universidade brasileira. Já como Consul do Brasil em Liverpool, segue fiel à sua veia de estudioso e devorador de livros.

Ou seja, ainda que em formatos muito diferenciados, as universidades

exerceram papel destacado na formação das mentalidades e das elites nas Américas, de um lado e outro do Atlântico. As universidades criadas na América colonial espanhola deixaram uma herança que hoje se consolida nos países latino-americanos e caribenhos de expressão castelhana, inclusive com uma tradição na visão e implementação do conceito de Autonomia Universitária, tanto na escolha de dirigentes como na gestão de seus orçamentos, guardadas as diferenças e conjunturas em cada país.

É a conjuntura europeia do início do século XIX que vai empurrar a colônia brasileira para a criação de suas primeiras instituições de ensino superior com o avanço das tropas napoleônicas Espanha adentro e que forçam a família real portuguesa a se transferir para o Rio de Janeiro em 1808 sob a proteção da marinha britânica. O Brasil é elevado à condição de sede do reino com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Estima-se que metade do numerário circulante em Portugal é transferido para o Brasil, juntamente com boa parte da Biblioteca Nacional e cerca de 15 mil pessoas que acompanham a família real para o Brasil.

Era inevitável a criação de instituições voltadas à formação de médicos, bacharéis em direito e engenheiros para atender às demandas da nova dinâmica dada ao Brasil

que em 1815 é integrado ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, regido pela Casa de Bragança até 1822, quando se dá a proclamação da independência do Brasil e se instaura o Império. O primeiro imperador será Dom Pedro I do Brasil, herdeiro da Coroa portuguesa, ocupada por seu pai, Dom João VI, em Lisboa.

Há registro de iniciativas anteriores a 1808 na criação de antecedentes de escolas e faculdades, sobretudo sob a liderança dos Jesuítas. Este é o caso dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas da Bahia e da Aula de Fortificação e Artilharia para a formação de engenheiros militares, no final do século XVII, vinculados à Universidade de Évora, criada em 1559 em Portugal, sob os Jesuítas.

O Rio de Janeiro vai testemunhar em 1792 iniciativa mais ousada da Coroa Portuguesa ao ser criada a Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, elevada a Real Academia Militar em 1810 por Dom Joao VI, hoje integrada à UFRJ como Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ainda em 1808, a Província da Bahia vai albergar a Escola de Cirurgia da Bahia, a primeira faculdade de medicina a ser criada no Brasil. Já em 1827 são criadas por Dom Pedro I as Faculdades de Direito de Olinda, em Pernambuco e a da cidade de São Paulo, sob vigência do Brasil Império.

As iniciativas isoladas na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco

em pleno século XIX serão acompanhadas de outros intentos nas demais Províncias, mas o Brasil deverá aguardar mais de um século até a criação daquela que se considera a primeira universidade a ser instituída formalmente, a Universidade do Rio de Janeiro, em setembro de 1920. Houve outras iniciativas que inclusive pleiteiam o pioneirismo, como são as atuais Universidades Federais do Amazonas (UFA) e a do Paraná (UFPR), que argumentam a preexistência de projeto de instituição universitária, o que não aconteceu no Rio de Janeiro, pois a UFRJ foi resultante da junção de unidades isoladas: Direito, Medicina e Engenharia. De todos modos, a Universidade do Rio de Janeiro representou um marco na história da universidade brasileira. Localizada na capital da República, absorveu instituições historicamente precursoras como a Faculdade de Direito, Faculdade Nacional de Medicina e a Escola Politécnica.

A construção de uma proposta orgânica de universidade vai se dar anos depois com a criação da Universidade de São Paulo (USP), a partir da colaboração com a França através de instituições e intelectuais daquele país que tiveram forte influência no projeto, como de resto na formação de docentes, intelectuais e pesquisadores de todo o país. A USP é instituída em 1934 pelo governo estadual, juntamente com a Escola Livre de Sociologia e Política,

num momento em que o estado de São Paulo buscava novos caminhos para a formação de suas elites e do Brasil logo após o revés sofrido pelos paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932. Interessante observar que se trata de uma nova instituição criada e financiada diretamente pelo próprio estado de São Paulo, sem vínculos e dependência do governo federal.

A criação de novas universidades vai continuar de forma tímida e concentrada no centro sul do país até 1961, com a transferência da Capital Federal para Brasília, quando é instituída a Universidade de Brasília (UnB) no ano seguinte, que rompe estruturalmente com a Cátedra Universitária e organiza o modelo departamental em torno de Institutos Centrais. Processo que se institui sob a liderança de Anísio Teixeira, depois da frustrada tentativa de colocar de pé o modelo inovador da Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro em 1935, abortado pelo Estado Novo sob Getúlio Vargas em 1939. Com a presença dinâmica de Darcy Ribeiro, a UnB abre esperanças de inovação e experimentação que se irradiassem às demais universidades do país. Experiência que é igualmente abortada quando cerca de 200 professores da UnB se demitem após o golpe militar de 1964 e sua direção é encarcerada ou exilada e o campus da universidade é ocupado militarmente em 1965, para ser reaberto

sob intervenção do MEC em 1966.

A reforma universitária de 1968 busca “modernizar” o ensino superior brasileiro sob inspiração dos Acordos entre o Ministério da Educação e a Agência Estado-unidense para o Desenvolvimento Internacional - MEC-USAID, transvestindo-a com a roupagem de um suposto abasileiramento da educação à imagem e semelhança do sistema norte-americano.

Com a ditadura militar (1964-1985), a Doutrina de Segurança Nacional elaborada pelas academias militares era institucionalizada através de Decretos-Lei em 1967 e 1969 que viria a reforçar a criação de uma rede nacional de universidades, marcando a presença do Estado Nacional em todo o país, ao lado das Forças Armadas. Exemplo emblemático, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), criada em 1970 pelo ministro-coronel da Educação Jarbas Passarinho sob a presidência do general Garrastazú Médici (1969-1974) se colocou como Universidade da Selva, a Uniselva, num estado que então correspondia a 1.260.502 quilômetros quadrados. Sua missão, assegurar a presença institucional brasileira em todos os rincões e nas fronteiras com Bolívia e Paraguai. O objetivo era contar com uma universidade federal em cada unidade da Federação, o que finalmente foi conseguido em 1989 e 1990, quando se criam as Univer-

sidades Federais dos novos estados de Roraima (UFRR) e do Amapá (UNIFAP), antigos territórios federais.

A política de expansão e interiorização da educação superior recebe extraordinário impulso durante o governo do presidente Lula (2003-2011), quando são instituídas 14 novas universidades, com 173 novos câmpus efetivamente interiorizados em contraposição à sua concentração até então no litoral do país, como de resto sua população e instituições. Sob Dilma Rousseff (2011-2016) mais quatro universidades federais são criadas. Ainda durante o mandato tampão de Temer (2016-2018), depois do golpe parlamentar (2016), outras cinco universidades são anunciadas, previstas durante os governos do PT. Hoje, são 68 universidades federais e 41 Institutos Federais, com quase mil câmpus em todos os rincões do país.

Em defesa das Universidades Federais

As ameaças de suspensão, contingenciamento e corte orçamentário lançadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (2019) contra as 68 Universidades Federais, e por extensão os 41 Institutos Federais, mostram a estratégia deste governo em desestabilizar e desacreditar a Rede Federal de ensino superior do país.

Há menos de seis meses instalados em Brasília, as ameaças, a ausência

de diálogo, as reduções drásticas no orçamento que já ultrapassam os cinco bilhões de reais, revelam a intenção de promover a expansão das matrículas de instituições privadas que já comprometem 75% dos mais de oito milhões de estudantes do ensino superior em 2017. As declarações e cortes orçamentários promovidos pelo atual ministro da educação Abraham Weintraub desencadearam reações que levaram milhões de pessoas às ruas em 15 de maio e novamente 15 dias depois em 30 de maio em Brasília e em centenas de municípios de todos os 26 estados brasileiros contra as ameaças e agressões à educação brasileira e pela preservação das Universidades Federais. A tensão crescente levou o colunista do jornal *El País* Juan Arias a publicar em sua coluna artigo que denunciava que a “Educação no Brasil vive clima de ditadura” (*El País*, 2/6/2019).

Os dirigentes das Universidades Federais (ANDIFES), Institutos Federais (CONIF) e Universidades Estaduais (ABRUEM) se mobilizaram e em reunião de 21 de maio expressaram sua grave preocupação com os cortes orçamentários da educação, unidos em torno do Plano de Ação aprovado durante a Conferência Regional de Educação Superior (CRES), reunida em junho de 2018 em Córdoba, Argentina. Reafirmaram sua identidade com o papel estratégico atribuído às universidades durante as Conferências

Mundiais de Educação Superior (CMES) de 1998 e 2009 reunidas pela UNESCO em Paris. Mais, levarão à próxima CMES da UNESCO em 2021, o resgate e protagonismo das universidades brasileiras como exemplo para a América Latina e Caribe no desenvolvimento pleno e sustentado da região.

O *Correio Brasiliense*, como de resto toda a imprensa brasileira, surpreende o país no dia 4 de junho ao noticiar que “Seis ex-ministros da Educação se reuniram e divulgaram (...), uma carta conjunta criticando o que chamaram de desmonte da educação e em defesa da educação no Brasil. A carta foi apresentada durante uma coletiva de imprensa no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP)”. A *Folha de São Paulo* destacava este mesmo dia que “O grupo entregou um documento em que defende a autonomia acadêmica e em que se coloca contrário à ‘perseguição ideológica’ e aos cortes da pasta”. Assinam José Goldemberg, Murílio Hingel, Cristóvão Buarque, Fernando Haddad, Renato Janine e Aloizio Mercadante.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criada em 1927 ilustra bem o processo vivido pelas universidades federais quando seus reitores dos últimos 25 anos, expressam que “esse desmonte, as agressões contra as universidades e seus

membros ultrapassaram todos os limites da civilidade e da convivência democrática e respeitosa. Palavras ofensivas e atitudes inaceitáveis são usadas contra dirigentes, professores, servidores e estudantes. Áreas importantes como as humanidades, relevantes e imprescindíveis para a formação crítica e cidadã, são desvalorizadas em falas dos principais dirigentes do país”.

Na sequência das grandes mobilizações de massa de 15 e 30 de maio, foi deflagrada uma greve geral em todo o país no dia 14 de junho, que inclui em sua pauta a recusa dos cortes na educação brasileira, em todos os seus níveis, inclusive nas universidades e institutos federais. No Parlamento, a bancada de apoio ao governo viu-se obrigada a aceitar a pressão da oposição, aprovando a recomposição parcial de cortes orçamentários impostos pelo ministro da educação às universidades e institutos federais, como também aos programas de bolsas de pós-graduação mantidos por agências federais. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional aprovou no dia 11 de junho a devolução de um bilhão de reais às instituições de educação superior e 330 milhões de reais ao Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNPq) para o pagamento de bolsas de pesquisa e pós-graduação.

O momento é grave, as universidades federais e a educação brasileira estão

sob constante ataque em claro projeto do governo federal que visa à destruição e privatização de instituições estratégicas para o desenvolvimento do país. Há que se perseverar na defesa desse patrimônio nacional que na maioria dos países é mantido e defendido como parte inalienável de sua estratégia de desenvolvimento autônomo. A Alemanha, por exemplo, mostrou recentemente a importância que atribui à sua rede de universidades públicas, todas de acesso gratuito aos jovens egressos do ensino médio. Apesar de contar com 428 instituições de ensino superior, com orçamentos assegurados, o país decidiu investir outros 42 bilhões de euros em suas universidades, como mostra recente reportagem da BBC. “As universidades e a ciência, além da amplitude das disciplinas, são reconhecidas aqui. Em alguns países, já não é assim. Quando vejo a situação no Brasil, onde há ataques contra Filosofia e Sociologia, percebo que vivemos na Alemanha uma situação muito mais confortável”, afirma à BBC News Brasil o presidente da associação de reitores da Alemanha, Peter-André Alt.

O Brasil vive talvez o período de sua história recente em que suas jovens universidades atravessam ameaças jamais vividas, sequer durante a ditadura militar (1964-1985), apesar da forte repressão político-ideológica com o assassinato daqueles que a enfrentaram. A resistência que vem

sendo feita no Brasil avançará, como tem avançado, com a crescente adesão da sociedade brasileira, que entende o papel da educação superior para a construção de uma Nação mais digna, próspera e que crie oportunidades para todas as pessoas, através da educação, cultura, ciência, tecnologia, trabalho, cidadania, no seu sentido mais amplo. A imprensa mundial não se cansa de repercutir às ameaças às universidades brasileiras, mas a solidariedade internacional se faz necessária, mais do que nunca, conforme se manifestam os ex-presidentes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Paulo Speller, Ph.D. em Government pela University of Essex, Doutor Honoris Causa pela Universidad Veracruzana, Mestre em Psicologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), é professor titular do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), tendo sido Reitor da UFMT (2000-2008), Membro do Conselho Nacional de Educação - CNE (2008-2012), Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República - CDES-PR (2009-2013), Reitor da Universidade (Federal) da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2010-2013), Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação - SESU/MEC (2013-2014) e Secretário Geral da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura - OEI (2015-2018).

Referências

CUNHA, L.A. (1985): *O Golpe na Educação*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FÁVERO, M.L.A. (2006): *Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*, Educar, Curitiba, nº 28, editora UFPR, pp. 17-36.

GOMES, L. (2007): *1808*, Rio de Janeiro, Planeta do Brasil.

NEHER, C. (2019): “Por que a Alemanha decidiu investir 42 bilhões de euros em universidades” (1/6/2019) (<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48440413>).

TEIXEIRA, A. (1998): *Educação e universidade*, Rio de Janeiro, editora UFRJ.

TÜNNERMANN, C.B. (1991): *Bernheim. Historia de la Universidad en America Latina: De la Época Colonial a la Reforma de Córdoba*, San José, Costa Rica, EDUCA.

Fundación Carolina, julho 2019

Fundación Carolina
C/ Serrano Galvache, 26.
Torre Sur, 3ª planta
28071 Madrid - España
www.fundacioncarolina.es
@Red_Carolina

https://doi.org/10.33960/AC_11p.2019

La Fundación Carolina no comparte necesariamente las opiniones manifestadas en los textos firmados por los autores y autoras que publica.



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)